



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE VALPAÇOS

ATA N.º 5/2024

Aos dezasseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte quatro, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Valpaços.

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1) Intervenção do Senhor Professor Doutor Ramiro Gonçalves, primeiro secretário da CIM-ATB;**
- 2) Informação do Revisor Oficial de Contas sobre a situação económica e financeira do Município de Valpaços, reportada a 30 de junho de 2024;**
- 3) Informação do Presidente da Câmara;**
- 4) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e aprovação, da proposta de Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2025;**
- 5) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e aprovação, do mapa de pessoal para o ano 2025;**
- 6) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e aprovação, da minuta do contrato programa a celebrar entre o Município de Valpaços e a empresa local «EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.»;**
- 7) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e aprovação, da minuta do contrato programa a celebrar entre a empresa local «EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.» e os seis**

municípios acionistas – «Valpaços, Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar»;

- 8) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e aprovação, da nomeação da sociedade de revisores oficiais de contas «RSM & Associados, SROC, Lda.» para o desempenho de fiscal único na empresa local «EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.».**

Composição da Mesa

Presidente: Sr. António Sernache de Sousa;

Primeiro Secretário: Prof.^a Maria Odete do Canto Cunha Gonçalves;

Segundo Secretário: Sr. António Queirós Simões.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão pelas catorze horas e trinta minutos. Procedeu-se à chamada dos Senhores Membros da Assembleia Municipal, verificando-se a presença de 46 (quarenta e seis) e a ausência de 5 (cinco), a saber:

Julieta Teixeira Lino;

Isabel Maria Branco Barreira;

Rosa Maria do Nascimento Fernandes;

Manuel Torrão Machado; e

Carla Sofia de Freitas Alves.

Em seguida, o Senhor Presidente da Assembleia pôs à discussão a ata relativa à sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e sete de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, enviada a todos os membros e abriu as inscrições para os deputados interessados se poderem pronunciar sobre a mesma.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos deputados interessados. Por não haver inscrições, foi colocada à votação, tendo a mesma sido **APROVADA POR MAIORIA COM UMA ABSTENÇÃO**

Correspondência recebida

O Presidente da Junta de Freguesia de Bouçoães, Senhor Eurico dos Anjos, comunicou que se vai fazer representar pelo seu substituto legal, o Senhor António Tabuada Taveira.

A Presidente da Junta de Freguesia de Vilarandelo, Senhora Dra. Sónia Crisálida Alvarelhos Barreira, comunicou que se vai fazer representar pela sua substituta legal, a Senhora Dra. Patrícia de Lurdes Pinto Doutel.

O Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro da Veiga do Lila, Senhor Dr. Carlos Neto, comunicou que se vai fazer representar pelo seu substituto legal, o Senhor Dr. José Manuel Gomes Teixeira.

Solicitou a sua substituição, para a presente sessão, a Senhora Deputada, Dra. Ema Gonçalves, tendo sido convocado para a substituir o Senhor Manuel Eduardo Rosa Pinheiro.

Solicitou a sua substituição, para a presente sessão, o Senhor Deputado Manuel Eduardo Rosa Pinheiro, tendo sido convocado para o substituir a Senhora Professora Julieta Lino.

Em seguida, e por razões de agenda, o Senhor Presidente da Assembleia, propôs antecipar o primeiro ponto da ordem de trabalho, concedendo a palavra ao Senhor Professor Doutor Ramiro Gonçalves, primeiro secretário da CIM-ATB, para apresentar um balanço resumido das atividades desenvolvidas pela CIM-ATB, em 2024.

1 - Intervenção do Senhor Professor Doutor Ramiro Gonçalves, primeiro secretário da CIM-ATB.

O Senhor Professor Doutor Ramiro Gonçalves, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, apresentou um balanço da atividade da Comunidade Intermunicipal, referente ao ano de 2024, e procurou projetar os grandes desígnios da região num futuro próximo. Relativamente ao ano que agora termina, destacou as principais áreas de intervenção:

Promoção e desenvolvimento;

Apoio à cultura e educação;

Investimento no turismo;

Potenciar e articular o ensino na região;

Gerir melhor a rede de cuidados de saúde;

Criação de uma ULS no Alto Tâmega e Barroso;

Potenciar os Produtos endógenos.

Destacou a dificuldade em gerir os dossiers dos transportes e das florestas.

Sublinhou o facto de a CIM-ATB ser a única do país dona de uma infra-estrutura tecnológica (detém a maioria da participação da Aquavalor) que esteve na base da criação do ensino superior público na região.

Por último, alertou para a necessidade de executar os 90 milhões de euros do próximo pacto, atribuídos à região.

Intervenção do Senhor Deputado Municipal, Sebastião das Neves.

O Senhor Deputado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, e entroncando na questão das regiões, considerou que temos muito pouca influência em Bruxelas.

Questionou em que medida são atribuídos os apoios às empresas da região.

Relativamente ao tema da ULS, recordou que anteriormente, no hospital de Chaves, um funcionário tinha a seu cargo três máquinas de hemodiálise, hoje tem seis. Referiu que “*alguma coisa não estará bem*”.

Por último, quis saber em que termos funcionam os sapadores florestais e quantas máquinas de triturar mato existem.

Resposta do Senhor Professor Doutor Ramiro Gonçalves, ao Senhor Deputado Sebastião das Neves.

Relativamente à questão da influência em Bruxelas, o Senhor Professor Doutor Ramiro Gonçalves, lembrou que partimos sempre em desvantagem com 2,5% da população de toda a região norte. Curiosamente, também Portugal tem 2,5% da população de toda a UE. Não obstante, têm-se conseguido vitórias com o esforço de todos os envolvidos. Para esta pressão sobre Bruxelas é importante a execução dos fundos.

Existe um biotriturador e existe também um projeto piloto que visa criar pequenos centros de recolha de resíduos lenhosos para alimentar pequenos centros de calor.

Relativamente à ULS, a posição da CIM-ATB é congregar esforços, juntamente com os seis presidentes de Câmara, para a concretização desse objetivo. Concorde que existem problemas e um afastamento generalizado dos serviços de saúde na região.

Por último, desejou um bom ano e um Feliz Natal.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia levou a conhecimento da Assembleia que foi contactado pelo Senhor Eng.º Augusto Lage com o intuito de apresentar, nesta sessão, uma proposta/sugestão. O Senhor Presidente da Assembleia considerou que esta participação cabe dentro do espaço destinado ao público, conforme previsto no regimento.

Tomando conhecimento que a intervenção teria como tema a C.V.R. (comissão vitivinícola regional), o Senhor Presidente da Assembleia preveniu que não permitirá que se abordem assuntos, propostas ou sugestões que envolvam instituições de direito privado.

Concedeu a palavra ao Senhor Eng.º Lage, se assim o entender, no estrito respeito pelo estipulado no artigo 21.º e seguintes do regimento.

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Vítor Nogaró.**

O Senhor Deputado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, lembrou que as intervenções destinadas ao público têm lugar no final de cada sessão, conforme estipula o regimento.

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Dr. Monsanto Glória.**

O Senhor Deputado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, referiu que existe aqui um equívoco que é necessário esclarecer. Apontou o interesse público da intervenção do Sr. Eng.º Lage que comporta questões importantes para os produtores de vinho do Concelho.

Informou que a Comissão Vitivinícola Regional não realiza eleições há mais de 10 anos e não apresenta contas, sensivelmente, há quatro anos.

Assim, o que verdadeiramente interessa é esclarecer cabalmente este assunto para acabar com a ilegalidade que impera na C.V.R.

Intervenção do Deputado Municipal, Senhor Vítor Nogaró.

O Senhor Deputado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, considerou que o Senhor Presidente da Assembleia tomou a decisão certa e equilibrada, suportada pelo regimento. Uma proposta apresentada pelo público está sempre sujeita a um pedido formal à mesa, com antecedência mínima de 48 horas úteis para que possa ser distribuída pelos membros da Assembleia, para análise.

Não obstante, estamos perante uma comissão regional, de direito privado, que vai de Montalegre a Miranda do Douro, tendo apenas a sede em Valpaços.

Teve conhecimento, pela comunicação social, que a antiga presidente do Conselho Geral terá dito que o assunto está no Ministério Público. Assim sendo, o problema está a ser resolvido.

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção do Deputado Municipal, Senhor Fernando Pessoa.

O Senhor Deputado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, referiu que: Valpaços é a Capital do Folar; tem a maior mancha de castanheiros da Europa; tem a segunda maior cooperativa olivícola; é o terceiro concelho de Trás-os-Montes com maior produção de azeitona; é o maior fornecedor de vinho da CVR; tem inúmeras feiras

temáticas nas freguesias. Assim, questionou se será este o Concelho mais pobre do país como dizem.

Reiterou a necessidade de melhorar as vias de comunicação, nomeadamente Valpaços/Chaves e Valpaços/Vila Pouca de Aguiar.

Agradecer ao anterior presidente da câmara, Dr. Amílcar Almeida, pelo projeto da barragem de Maceiras, que agora tem condições de execução.

Enalteceu a Feira da Castanha Judia, em Carrazedo de Montenegro, que foi novamente um sucesso.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de São João da Corveira, **Senhora Dra. Fátima Casares Machado.**

A Senhora Presidente da Junta, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes

Em seguida, deixou o convite para a participação na Feira do Fumeiro, que decorrerá nos dias 1 e 2 de fevereiro de 2025, na sua freguesia.

Desejou a todos um bom ano e Feliz Natal.

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Dr. Telmo Moreira.**

O Senhor Deputado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, deixou uma palavra de apreço ao Senhor Presidente da Câmara, um homem de palavra, sério e honesto, que tem defendido um interesse primordial deste Concelho que é a agricultura.

Uma merecida referência à gestão do anterior presidente de Câmara, a quem o Senhor Deputado chamava de Dom Dinis, tal era a sua dedicação ao setor primário.

Não querendo comprar guerras com ninguém, afirmou que este assunto da CVR é de interesse público e de especial interesse para o Concelho de Valpaços. Lembrou o contrato entre a Câmara Municipal, no tempo do Eng.º Francisco Tavares, e a Cooperativa de Olivicultores que permitiu construir a Casa do Vinho onde foram investidos milhões de euros, bem como dotar a Cooperativa de instalações modernas e funcionais.

Foi com trabalho e sacrifício que se conseguiu localizar a sede da CVR em Valpaços, ainda que dividida em três sub-regiões, sendo a primeira Valpaços, a segunda Chaves e a terceira Miranda do Douro. Contudo, há muita gente que não quer cá a CVR.

Isto também para dizer que se não formos nós a lutar pelos nossos interesses, mais ninguém o vai fazer.

Este valor histórico é de Valpaços e temos de o defender, até porque muita gente vive disto.

Ao contrário daquilo que aqui se disse, estamos perante uma instituição semi-pública, sujeita ao direito público que se rege por leis portarias e despachos.

É verdade que a instituição não promove eleições há mais de 10 anos e não apresenta contas há quase 4 anos. É também uma associação de associações com terreno propício a promiscuidades, onde os produtores não mandam nada. Convém referir que existe uma associação sem sede social com direito a 5 votos.

De forma surpreendente, no passado dia 30 de novembro foram aprovadas as contas sem qualquer auditoria.

Por último, o Senhor Deputado, reiterando o propósito de não comprar guerras, afirmou que pretende apenas defender o Concelho e os seus vitivinicultores, preservando a CVR e a sua sede em Valpaços.

Intervenção do Deputado Municipal, Senhor Paulo Ribeiro.

O Senhor Deputado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, lembrou que em tempos esteve na CVR, e Valpaços tinha peso. Considerou que a Câmara Municipal não deve ser chamada a intervir, até porque abriria um precedente e teria que intervir nas restantes instituições do Concelho. Lembrou, ainda, que o processo da Cooperativa de Olivicultores foi benéfico para a Câmara e para a Cooperativa (foi troca por troca). Defendeu que os valpacenses e os dirigentes da instituição é que se devem mobilizar para solucionar os problemas. Por último, defendeu que se existem ilegalidades devem ser os tribunais a intervir.

Intervenção do Deputado Municipal, Senhor Sebastião das Neves.

O Senhor Deputado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Considerou que este e outros assuntos devem ser discutidos na Assembleia Municipal, até porque o Senhor Presidente da Assembleia, em tempos, leu um email anónimo que não deveria ter lido.

Afirmou que o empobrecimento do Concelho se deve à má gestão da Adega Cooperativa de Valpaços, considerando que a Câmara deve ajudar a instituição na medida do possível. Reiterou o dever da Câmara em apoiar e preservar as instituições do Concelho.

Considerou que a cultura do Vinho é a mais importante do Concelho porque requer trabalhos durante todo o ano.

Alertou para a desgraça que seria para o Concelho o fecho da Adega Cooperativa, deixando um pedido ao senhor presidente da câmara que não tenha medo em apoiar a instituição.

Reclamou mais respeito e consideração para com o senhor Eng.º Lage, antigo Presidente da Câmara, que veio para defender o interesse de todos.

Lamentou um poste de iluminação caído, durante 8 dias, na via pública que acabou por ser notícia nas redes sociais.

Referindo-se ao acesso Valpaços/Mirandela, constatou que do lado do Concelho vizinho todos os postes têm iluminação, enquanto que do nosso lado existem vários postes sem iluminação.

Terminou, desejando um feliz natal e um bom ano novo.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, António Joaquim de Medeiros**.

O Senhor Presidente Câmara, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados Municipais, e todos os presentes.

Resposta ao Deputado Municipal, Senhor Fernando Pessoa.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que o executivo está sempre na primeira linha de apoio às freguesias que pretendam organizar eventos que contribuam para o seu desenvolvimento.

Relativamente aos acessos a Chaves e Vila Pouca de Aguiar, o Senhor Presidente da Câmara referiu que se deslocou a Lisboa, juntamente com o Senhor Vice-presidente, para tratar deste dossier.

Considerou a Feira da Castanha um sucesso.

Referiu que a barragem é uma realidade que reuniu unanimidade dentro desta Assembleia.

Resposta à Presidente da Junta de Freguesia de São João da Corveira, Senhora Dra. Fátima Casares Machado.

O Senhor Presidente da Câmara anunciou que dentro de pouco tempo terá assinado o contrato programa para a realização da Feira de São Brás.

Resposta ao Deputado Municipal, Senhor Dr. Telmo Moreira.

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu as palavras elogiosas do senhor deputado.

Em seguida, esclareceu que não lhe cabe interferir no funcionamento da CVR. Apenas intervirá no caso de estar em risco a saída da instituição do Concelho.

Resposta ao Deputado Municipal, Senhor Sebastião das Neves.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que o poste de iluminação caiu devido a um acidente. Os serviços da Câmara Municipal notificaram imediatamente a e-redes que não efetuou qualquer intervenção, o que levou o Senhor Presidente da Câmara a mandar retirar o poste, logo que teve conhecimento.

Relativamente à iluminação na estrada Valpaços/Mirandela referiu que a iluminação intercalada tem como objetivo a poupança.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2- Informação do Revisor Oficial de Contas sobre a situação económica e financeira do Município de Valpaços, reportada a 30 de junho de 2024.

Como é certamente do conhecimento desta Assembleia, e nos termos da Lei das Finanças Locais, compete ao auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, para além da emissão da Certificação Legal das Contas do município, remeter, com uma periodicidade semestral, aos órgãos executivo e deliberativo, informação sobre a respetiva situação económica e financeira da Câmara Municipal.

Tem sido usual que esta informação seja disponibilizada aos membros da Assembleia Municipal na sessão do mês de setembro; todavia, e por vicissitudes relacionadas com o procedimento de contratação pública, apenas foi possível celebrar contrato com o Auditor externo em 2 de outubro de 2024, razão pela qual a informação sobre a respetiva situação económica e financeira do 1º semestre da câmara municipal apenas seja dada a conhecer nesta sessão da Assembleia Municipal.

O relatório elaborado pelo Revisor Oficial de Contas reflete a situação económica e financeira do Município do 1º semestre de 2024 e compreende o balanço (com um total do ativo líquido de 113.574.858,00 euros e um total de património líquido de 104.040.992,00 euros). Estes valores são os que resultam dos registos contabilísticos apurados, sendo a sua elaboração da responsabilidade do Município, concretamente do Departamento de Finanças e Património.

O relatório não tem por objetivo a emissão da certificação legal das contas, essa será no final da gerência, pelo que apenas foram aplicados os procedimentos básicos de revisão de auditoria geralmente aceites.

Para melhor interpretação, de notar que, os valores evidenciados na informação económica traduzem os efetivos movimentos ocorridos no 1º semestre de 2024.

Para efeitos de análise comparativa para as contas do balanço, foram consideradas as datas de 30 de junho de 2023 (para as contas da demonstração dos resultados) e 31 de dezembro de 2023 (para as contas do balanço).

Procedeu-se também à análise da execução do orçamento de 2024 (1º semestre) e do cumprimento do princípio orçamental de cobertura das despesas correntes, acrescidas das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo, pelas receitas correntes.

Em resultado das análises efetuadas, de salientar que o balanço e a demonstração dos resultados por natureza a 30 de junho de 2024, cumpriram os princípios contabilísticos determinados no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

De notar que, os ativos associados à concessão não expressam eventuais alterações ocorridas desde 31 de dezembro de 2023 até 30 de junho de 2024.

No exercício de 2010 foi efetuado pelos serviços do Município uma inventariação física e valorização dos bens imóveis do Município, sendo identificados e registados no montante de 129.484.969,00 euros, sendo que, tal valorização alterou de forma substancial a estrutura das demonstrações financeiras do Município.

Com a transferência de competências, o Município registou no seu património, no exercício de 2022, três escolas no valor de 3.766.550,00 euros e em 2023 cinco Centros de Saúde no valor de 778.750,00 euros.

A 30 de junho de 2024, na rubrica de património “Transferências e subsídios de capital” o total dos subsídios ainda por reconhecer em resultados eleva-se a 27.974.428,00 euros.

A partir de 2013, o Município alterou a forma de valorização dos seus investimentos financeiros passando a aplicar o método da equivalência patrimonial (MEP). Com a aplicação do MEP resultou, por um lado, um efeito positivo que ascendeu a 785.912,00 euros e, por outro lado, uma redução em ajustamentos em ativos financeiros no montante de 500.444,00 euros.

No que concerne ao IMI, foi contabilizado um valor estimado do primeiro semestre de 2024, mas que apenas será recebido em 2025 no montante de 806.676,00 euros. Não foi seguido procedimento idêntico para as receitas oriundas do IRS.

Por força da Lei n.º 53/2014, o Município ficou obrigado a contribuir para o capital social do FAM no montante de 521.217,00 euros, valor que se mantém no ativo da Câmara Municipal.

O balanço apresenta no ativo e no passivo os denominados “depósitos obrigatórios” no montante de 550.835,00 euros.

O Município não registou 5 faturas emitidas pela «Águas do Norte» no valor de 2.895.840,76 euros, dos anos 2011, 2012, 2013 e 2014, por considerar como um “Passivo Contingente”. Alias, esta informação tem sido sucessivamente prestada a esta Assembleia.

A provisão para processos judiciais em curso a 30 de junho de 2024 no valor de 284.109,00 euros, corresponde à estimativa efetuada pelos serviços jurídicos do Município.

O balanço apresenta uma variação positiva do ativo, comparativamente a dezembro de 2023, no montante de 1.120.858,00 euros. Por sua vez, também o passivo, teve uma variação positiva de 177.062,00 euros.

A variação global do património líquido foi positiva em cerca de 1 milhão de euros, comparativamente a 31 de dezembro de 2023.

Os valores dos gastos globais aumentaram cerca de 1,75 milhões de euros, comparativamente a igual período de 2023.

Quanto à execução do orçamento, da análise aos mapas “demonstração orçamental da receita e da despesa”, de salientar que os compromissos assumidos no final do 1.º semestre de 2024, elevam-se a 22.650.580,00 euros correspondendo a 75,55% das despesas orçadas.

Na elaboração do orçamento de 2024, verificou-se o cumprimento do equilíbrio orçamental.

É o que me cumpre informar!

3 – Informação do Presidente da Câmara.

Considerando que a alínea c) do n.º 2 do artigo 25º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece que a Assembleia Municipal aprecia em cada uma das suas sessões ordinárias, uma informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da situação financeira do município;

Considerando que o n.º 4 do artigo 35º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, refere que a informação do Presidente da Câmara deve fazer referência ao saldo e ao estado das dívidas a fornecedores e as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado.

Passarei a dar relato da situação económica e financeira da Câmara Municipal de Valpaços reportada a 30 de novembro de 2024.

Em sede de disponibilidades, em 30 de novembro de 2024 o saldo era de 8.580.145,79 euros, dos quais 5.972,77 euros encontravam-se nas caixas das tesourarias (tesouraria principal e serviço de águas) e 8.574.173,02 euros em contas bancárias tituladas em nome do município.

Do total das disponibilidades existentes em bancos, 1.565.049,19 euros dizem respeito a garantias e cauções prestadas no âmbito da execução de fornecimentos de bens, serviços e empreitadas.

Relativamente às responsabilidades perante terceiros, no final do mês de novembro a dívida a fornecedores era de 339.126,45 euros, dos quais 34.320,31 euros a fornecedores de conta corrente e 304.806,14 euros a fornecedores de bens de investimento.

Ao nível dos empréstimos, a dívida era de 1.243.284,06 euros, a título de empréstimos de M/L prazo, o que já inclui o empréstimo contratualizado no âmbito do PAEL-Programa de Apoio à Economia Local, cujo capital em dívida era de 382.702,36 euros.

Quanto ao endividamento, o limite da dívida total para o ano 2024, calculada nos termos do n.º 1 do artigo 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro é de 27.074.243,16 euros e a capacidade de endividamento para o ano 2024 é de 8.180.174,86 euros. Todavia, a Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para o ano 2024, vem permitir, e de forma excecional, que a margem de endividamento seja aumentada para 40%, calculada nos termos da alínea b) do n.º 3 do art.º 52º da Lei das Finanças Locais, pelo que, e com esta prerrogativa, a capacidade de endividamento do município de Valpaços para o ano 2024 é de 12.903.691,93 euros.

No que tange à Execução orçamental da receita e da despesa, o orçamento inicial do município para o ano 2024, previa um total de receitas e despesas de 23.389.036 euros. Fruto de alterações orçamentais, as dotações corrigidas passaram para 30.321.741,55 euros.

Em novembro, a receita cobrada bruta fixou-se nos 28.782.766,04 euros, correspondendo a uma taxa de execução de 94,8%, portanto muito perto da meta dos 100%.

O total das receitas correntes brutas cobradas fixou-se em 18.940.059,17 euros (taxa de execução de 91,7%) e a receita de capital em 3.251.848,57 euros (taxa de execução de 104,0%).

Ao nível das despesas, foram pagos 16.589.544,86 euros (taxa de execução de 77,93%) de despesas correntes e 5.202.072,69 euros (taxa de execução de 57,58%) de despesas de capital, perfazendo um total de despesas pagas de 21.791.617,55 euros, correspondendo a uma taxa de execução global de 71,87%.

Os compromissos assumidos até ao final do mês de novembro para a gerência de 2024, importam em 28.264.184,80 euros, dos quais foram pagos 21.791.617,55 euros, estando assim por pagar 6.472.567,25 euros de compromissos assumidos.

No tocante à execução do Plano Plurianual de Investimentos, o total dos compromissos assumidos até novembro importam em 7.128.924,39 euros, tendo sido paga a importância de 3.952.379,48 euros, estando assim por pagar 3.176.544,91 euros.

O saldo para novos cabimentos era no final de novembro de 36.993,52 euros, estando assim o PPI cabimentado em 99,49% da sua dotação disponível.

A execução financeira do PPI no final do mês de novembro era de 54,92%.

No que ao equilíbrio orçamental diz respeito, o artigo 40º da Lei das Finanças Locais, determina que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

No final de novembro de 2024, o equilíbrio orçamental estava a ser cumprindo, possuindo a autarquia uma margem disponível de 1.881.555,16 euros.

Dar igualmente informação acerca dos processos judiciais em que o município está envolvido, para além dos processos movidos pela Águas de Trás-os-Montes (Atualmente Águas do Norte) nos quais são reclamados consumos mínimos e respetivos juros, há outros processos que aguardam decisão judicial, são eles:

Natureza	Nº Processo	Descrição	Estimativa do efeito financeiro	Momento possível do exfluxo ou influxo
Ativos contingentes	188/24.5BEMDL	PEBBCE Hydro - Consultoria, Investimento e Serviços, Unipessoal, Lda.	7 202,00/Ano	Não definido
Ativos contingentes	189/24.3 BEMDL	PEBBCE Hydro - Consultoria, Investimento e Serviços, Unipessoal, Lda.	5 382,74/Ano	Não definido
Total Ativos Contingentes			12 584,74	
Passivo contingente	255/13.0BEMDL	Águas do Norte - Consumos de água e tratamento de efluentes (a)	329 989,19	Não definido
Passivo contingente	124/14.7BEMDL	Águas do Norte - Consumos de água e tratamento de efluentes (a)	744 552,87	Não definido
Passivo contingente	22/15.7BEMDL	Águas do Norte - Consumos de água e tratamento de efluentes	831 388,01	Não definido
Passivo contingente	429/15.0BEMDL	Águas do Norte - Consumos de água e tratamento de efluentes	989 910,69	Não definido
Passivo contingente	309/14.6BEMDL	Manuel Cardoso Bruno	275 000,00	Não definido
Passivo contingente	107/16.2BEMDL	Higino Pinheiro & Irmão, S.A.	32 213,57	Não definido
Passivo contingente	139/21.9BEMDL	Berta de Jesus Matosinhos	5 001,01	Não definido
Passivo contingente	352/24.7BEMDL	Mestre Alimentar - Comercialização de Produtos Alimentares, Lda.	200 247,30	Não definido

Passivo contingente	203/24.2T8VPC	José Carlos da Costa Machado	12 000,00	Não definido
Total Passivos Contingentes			3 420 302,64	

Acerca dos processos movidos pelas «Águas do Norte», já foram proferidas duas sentenças, tendo o tribunal ilibado o município do pagamento de consumos mínimos e condenado ao pagamento de faturas em que ocorreu o consumo efetivo.

Em resultado das condenações, o Município deu cabal cumprimento à sentença, ou seja, pagou. No tocante aos consumos mínimos, a «Águas do Norte» não se conformou, recorreu, sendo que num desses recursos, o Tribunal Central Administrativo do Norte deu razão à câmara municipal. A «Águas do Norte» ainda não conformadas com as decisões judiciais proferidas, moveu novo recurso, desta vez para o Supremo Tribunal Administrativo.

Informar dos apoios que a Câmara Municipal concedeu às Juntas de Freguesia. Até ao final do mês de novembro, a câmara municipal deliberou apoios monetários, no âmbito do regulamento de apoio às juntas de freguesia, dentro das possibilidades das finanças autarcas, no montante global de 1.376.310,20 euros.

Relativamente às obras em execução, no final do mês de novembro, as empreitadas em execução eram as seguintes:

Nome da Obra	Compromisso			Firma Adjudicatária	Trabalho executado	Trabalho a Executar	Observações
	N.º	Data	Valor				
Ampliação e reconversão do Centro de Dia de Fornos do Pinhal para ERPI	2608	26/07/2024	1 633 024,66	SOTERRA, LDA	13 194,88	1 619 829,78	Último Auto nº 1
Arranjo envolvente ao edifício de alojamento local em Possacos	1312	22/04/2024	26 546,91	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.	20 203,70	6 343,21	Suspensa desde 26/11. Último auto nº 2
Construção de sanitários/balneários em Vassal	1402	03/05/2024	116 211,54	CHOOSE HAPPINESS UNIPessoal, LDA	35 681,92	80 529,62	Último Auto nº 5
Adaptação da escola primária de Ervões em centro de convívio	1224	16/04/2024	49 339,85	Engivalmendes - Construção Civil e Soluções de Eng., Lda.	37 696,13	11 643,72	Último Auto nº 3
Arranjo envolvente ao edifício da antiga escola primária de Vilarandelo	1598	21/05/2024	176 914,00	SOTERRA, LDA	138 256,90	38 657,10	Último Auto nº 4
Beneficiação do cemitério velho de Valpaços	1577	15/05/2024	152 049,58	AMO MINHA CASA, LDA	68 791,53	83 258,05	Último Auto nº 2
Construção de passeios na Av. Principal junto à padaria em Stª. Valha	1754	04/06/2024	22 224,70	TÁMEGA TRANS, LDA.	8 470,93	13 753,77	Último Auto nº 2
Arranjos urbanísticos junto ao recinto do polidesportivo em Veiga de Lila	2786	16/08/2024	34 998,29	PAVIGOMES, SOCIEDADE UNIPessoal LDA	14 786,40	20 211,89	Último Auto nº 1
Sanamento em Sá	1888	11/06/2024	81 948,39	AMO MINHA CASA, LDA	36 339,77	45 608,62	Último Auto nº 2
Arruamentos na Rua do Cruzeiro em Tinhela	1840	05/06/2024	17 501,35	TÁMEGA TRANS, LDA.	13 985,65	3 515,70	Último Auto nº 1
Construção de um muro de suporte nas Lagoas (Caminho do Rula)	2095	19/06/2024	23 150,40	COSTA DA CUNHA CONSTRUÇÕES UNIPessoal, LDA	15 847,00	7 303,40	Último Auto nº 2

Reservatório de água em Aveleda para combate a incêndios	2145	25/06/2024	45 795,98	TÂMEGA TRANS, LDA.	3 114,42	42 681,56	Último Auto nº 1
Arruamentos em Sanfins	2180	26/06/2024	115 365,59	CONSTRUTORA FFD, LDA	49 440,94	65 924,65	Último Auto nº 2
Pavimentação da Rua da Bairrada no Cadouço	2116	24/06/2024	66 711,10	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.	33 935,90	32 775,20	Último Auto nº 1
Rua da Fonte da Urze até ao Bairro do Souto em Carrizado de Montenegro	2119	25/06/2024	292 251,99	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.	10 941,28	281 310,71	Último Auto nº 1
Rede de abastecimento de água em Barreiros	2164	25/06/2024	201 150,90	PROTON CUARZOS, LDA	0	201 150,90	Consignada
Arranjo da zona envolvente à igreja de Nozelos	2113	24/06/2024	23 139,80	COSTA DA CUNHA CONSTRUÇOES UNIPESSOAL, LDA	16 567,80	6 572,00	Último Auto nº 2
Largo da festa em Quintela	2329	04/07/2024	90 738,65	SOCORPENA - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.	33 761,00	56 977,65	Último Auto nº 2
Remodelação das piscinas municipais, incluindo a substituição da cobertura plana	2747	12/08/2024	59 360,00	OBRALICIANTE UNIPESSOAL, LDA	39 381,12	19 978,88	Último Auto nº 3
Calçetamento na Rua Principal de Alfonge	2379	05/07/2024	35 340,21	PRIME HORIZON, LDA	24 847,24	10 492,97	Último Auto nº 2
Arranjo urbanístico em Tazém	2495	15/07/2024	45 895,16	COSTA DA CUNHA CONSTRUÇOES UNIPESSOAL, LDA	0	45 895,16	Consignada
Aquisição de plataformas elevatórias para a melhoria das acessibilidades nos edifícios municipais	2196	28/06/2024	89 113,50	LIFTECH, SA	0	89 113,50	
Calçetamento da Rua do Ribeiro em Vales	2489	15/07/2024	44 331,50	PRIME HORIZON, LDA	26 291,86	18 039,64	Último Auto nº 3
Requalificação da antiga escola primária de S.Pedro de Veiga de Lila	2656	30/07/2024	149 460,00	CONSTRUÇÕES SOLAR DA FIGADOSA, LDA	33 437,13	116 022,87	Último Auto nº 1
Reparação do troço da estrada que liga a EM 1106 à localidade de Vila Nova	2544	23/07/2024	117 467,08	COTA 700 GABINETE DE TOPOGRAFIA E ENGENHARIA, LDA	97 311,18	20 155,90	Último Auto nº 2
Construção de um muro de suporte na EM 543 em Vassal	2545	23/07/2024	19 790,20	DELMAR RODRIGUES, MÁQUINAS E ESCAVACOES - UNIPESSOAL, LDª	14 543,20	5 247,00	Suspensa a 18/11/2024. Último auto nº 1
Arruamentos na Rua das Penedas em Alvarelos	2579	26/07/2024	17 991,91	CONSERVAL, CONSERVAÇÃO ESTRADAS LDA.	0	17 991,91	Consignada
Arranjo urbanístico junto ao largo da escola em Sanfins	2607	26/07/2024	28 326,22	BRICANTEL-COM. MATERIAL ELCTRICO DE BRAGANCA, LDA.	0	28 326,22	Último Auto nº 1
Construção de um muro de suporte na Rua da Sobreira em Canaveses	2655	30/07/2024	44 869,80	CONSERVAL, CONSERVAÇÃO ESTRADAS LDA.	22 993,52	21 876,28	Último Auto nº 1
Reparação e beneficiação da EM 543 da EN 213 a Tinhela e da EM 542 de Tinhela à EN 103	2654	30/07/2024	348 694,10	HIGINO PINHEIRO &IRMAO,S.A.	0	348 694,10	Consignada
Viatura para limpeza e desobstrução de coletores compacta	3030	18/09/2024	244 155,00	SOMA, ENVIRONMENTAL SOLUTIONS, LDA	0	244 155,00	Consignada
Requalificação da antiga escola primária de Vilela	2719	08/08/2024	77 380,00	ENGIVALMENDES - CONSTRUÇÃO CIVIL E SOLUÇÕES DE ENGENHARIA, LDA	37 991,54	39 388,46	Último Auto nº 2
Requalificação das ruas com piso danificado em Santa Maria de Émeres	2785	16/08/2024	164 037,60	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.	0	164 037,60	Consignada

Arruamentos em Veiga de Lila	2672	05/08/2024	36 692,96	Baltazar & Filhos, Lda.	8 713,20	27 979,76	Último Auto nº 1
Arruamentos no Bairro do Poço da Cruz em S. Pedro de Veiga de Lila	2831	26/08/2024	11 477,73	Geometria Vertical	0	11 477,73	Consignada
Reparação e bebeficiação da EM 552 do cruzamento da M314 a S. João de Corveira	2830	26/08/2024	307 311,81	Socorpena	0	307 311,81	Consignada
Rampa de acesso ao edifício da Câmara Municipal de Valpaços	2818	22/08/2024	14 541,08	Custódio Pereira Areias Tender	0	14 541,08	Consignada
Estabilização de emergência pós-incêndio Cortinhas - Freguesia de Carrzedo e Curros	2868	30/08/2024	200 435,40	Custódio Pereira Areias Tender, S. A.	0	200 435,40	Consignada
Ampliação do cemitério em Água-Revés	3605	10/10/2024	56 566,86	NCX-CONSTRUÇÃO, ENGENHARIA E GESTÃO, LDA.	0	56 566,86	Adjudicada
Remodelação do edifício e arranjos exteriores do Centro de Saúde de Valpaços	2941	10/09/2024	421 244,00	OBRALICIANTE UNIPESSOAL, LDA	142 032,91	279 211,09	Último Auto nº 3
Adaptação da escola primária de Ervões em centro de convívio (substituição da cobertura)	3882	29/10/2024	24 986,32	NCX-CONSTRUÇÃO, ENGENHARIA E GESTÃO, LDA.	0	24 986,32	Adjudicada
Requalificação do cemitério nono de Valpaços - Fase II	4027	14/11/2024	10 576,98	GEOMETRIA VERTICAL - UNIPESSOAL LDA	0	10 576,98	Adjudicada

Dar nota dos eventos ocorridos desde outubro de 2024:

- Cerimónia Militar de Juramento de Bandeira – Regimento de Infantaria n. 19 - Realizada no passado dia 25 de outubro. Correu muitíssimo bem e contou com a participação de uma plateia bastante numerosa.
- O dia 6 de novembro, onde se comemorou o dia do feriado Municipal.
- A feira da castanha Judia. Um certame que chama às terras de Carrzedo de Montenegro muitos visitantes. Teve lugar nos dias 8, 9 e 10 de novembro, que contou com o patrocínio da Câmara Municipal e da EHATB.
- A tradicional Feira dos Santos de Valpaços, ocorrida no passado dia 13 de novembro, que este ano tivemos sorte com o tempo.
- No dia 16 de novembro a Confraria dos Vinhos Transmontanos celebrou o S. Martinho. Um evento que contou com o patrocínio da Câmara Municipal de Valpaços.
- Dar nota que no passado dia 30 de novembro, ocorreu na alfândega do Porto, a 1ª Gala da Castanha. Evento que contou com o patrocínio do Município de Valpaços, que teve como intenções a divulgação da castanha portuguesa.
- O almoço sénior ocorrido no passado dia 8 de dezembro. Contou com a participação de 1.270 pessoas. Um evento que junta à mesa de um almoço muitas pessoas oriundas das várias freguesias do Concelho de Valpaços, proporcionando o convívio e a troca de histórias.

- Referir que se irá realizar em Veiga de Lila no próximo dia 29 de dezembro, a habitual feira «Agrolila». Uma parceria entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, que esperamos que corra pelo melhor e que traga muitos visitantes, divulgando o nosso azeite e os produtos locais característicos daquela freguesia.
 - Foram emitidas 56 licenças de construção, durante o ano de 2024.
 - O Espaço do Cidadão atendeu 2412, durante o ano de 2024.
 - O Gabinete de Promoção ao Investimento, no presente ano, efetuou 415 atendimentos, nas mais diversas áreas.
 - A Casa do Vinha, além do considerável volume de negócios, recebeu 3519 visitantes, durante o ano de 2024.
 - Os serviços da Proteção Civil Municipal continuam o seu serviço com as duas equipas de sapadores, nomeadamente na limpeza das valetas e combate aos ninhos de vespa asiática.
- É o que me cumpre informar.

4 - Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e aprovação, da proposta de Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2025.

Considerando que o exercício previsional é sempre uma tarefa exigente, ambígua, delicada, complexa a todos os níveis, atendendo a que os fatores económicos, sociais, políticos e financeiros não são controláveis. Tivemos recentemente uma pandemia, e por mais projetos que tivéssemos, tudo se alterou, para ir ao encontro do socorro às populações e ao tecido empresarial fortemente condicionado pelos encerramentos decretados.

Dizer antes de mais, que pese embora ser um orçamento para um ano eleitoral, não é de todo um orçamento eleitoralista, ainda mais que não serei candidato.

É sim um orçamento rigoroso, prudente, o mais próximo das necessidades manifestadas pelas Juntas de Freguesia, tendo igualmente presente, e todos aqui me conhecem, o rigor e a sustentabilidade das finanças autárquicas. Não me verão a dar um passo maior que a perna, que ponha em causa a saúde financeira da Câmara Municipal.

Passando a dar síntese ao orçamento, pois certamente há aqui membros nesta assembleia que descascarão ao pormenor a ideologia e os números vertidos no orçamento, pelo que deixarei esse desenvolvimento para esses especialistas.

O orçamento da Câmara Municipal de Valpaços para a gerência de 2025 importa em 25.586.635 euros, um aumento de 2.197.599 euros em relação ao orçamento inicial para o ano de 2024, essencialmente fruto do acréscimo às verbas oriundas do Orçamento do Estado para o ano 2025, que é generoso para com as autarquias locais.

Está projetado um excedente do saldo corrente na ordem dos 2.054.233,00 euros, o que permitirá, para além de dar cumprimento ao princípio do equilíbrio corrente previsto na Lei das Finanças Locais, conduzir receita corrente para a concretização de despesas de investimento, isto em resultado do reflexo da permissão contabilística na arrecadação das verbas provenientes do Orçamento do Estado, em que 50% do designado excedente previsto no art.º 35º da Lei das Finanças Locais possa ser contabilisticamente refletido como receita corrente.

Não estamos a prever a contratualização de nenhum empréstimo bancário; todavia, e caso o projeto da barragem no lugar de Maceiras venha a ser aprovado pela tutela, poderá haver a necessidade da câmara municipal recorrer a capitais alheios com o intuito de fazer face a esse investimento avultado.

As verbas provenientes do Orçamento do Estado, o que inclui o fundo de descentralização de competências, nomeadamente nas áreas setoriais da saúde, educação e Ação Social, fixam-se em 19.307.928,00 euros.

As receitas de índole fiscal estimam-se em 2.040.000,00 euros, em que a receita proveniente do IMI assume a maior expressão, com o montante previsional de 1.300.000 euros. A receita proveniente da cobrança do IMI pela Autoridade Tributária destina-se ao município, mas também às juntas de freguesia como são sabedores.

O Município tem vindo a aplicar as taxas mínimas previstas no código do IMI e a conceder as deduções previstas na lei, nomeadamente o designado IMI familiar e a prorrogação do período de isenção de 3 para 5 anos, nos termos do artigo 46º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

No tocante ao Imposto Único de Circulação, que incide sobre os proprietários de veículos, a previsão para 2025 é de arrecadar 390.000 euros.

O IMT, uma receita que tem relevância no computo do orçamento municipal, a estimativa é de 350.000 euros, embora a arrecadação desta receita esteja dependente das transmissões onerosas de imóveis, o que nem sempre é fácil prever.

Ao nível das Taxas, Multas e Outras Penalidades, a estimativa de arrecadação é de 512.650,00 euros, sendo que a receita que tem a maior expressividade está relacionada com a taxa de saneamento.

No capítulo dos rendimentos de propriedade, fruto dos investimentos financeiros que a autarquia tem concretizado, prevemos a arrecadação de dividendos, nomeadamente da hídrica EHATB e das eólicas participadas, na ordem dos 402.500 euros. A renda de concessão que advém da «e-redes», a estimativa é arrecadar 770.000 euros.

Na venda de bens e serviços correntes a estimativa da receita ronda os 1.426.000 euros, sendo que aquelas rubricas que têm uma maior expressão estão relacionadas com a venda de água ao

domicílio, recolha de resíduos sólidos urbanos e a tarifa de disponibilidade da rede de abastecimento de água.

Ao nível das receitas de capital, está prevista a arrecadação de 3.684.336 euros, distribuídos por dois capítulos da receita – Venda de bens de investimento e transferências de capital.

Na venda de bens de investimento está previsto arrecadar cerca de 64 mil euros, nomeadamente com a venda de terrenos, concretamente na zona industrial de Carrazedo de Montenegro.

Nas transferências de capital estão previstos cerca de 3 milhões e seiscentos mil euros, sendo que a grande fatia resulta do Orçamento do Estado.

Feita esta súmula ao orçamento da receita, passarei a dar uma resenha à previsão das despesas.

A despesa prevista é no montante de 25.586.635 euros, sendo que 19.848.066 euros dizem respeito a despesas correntes, 4.316.145 euros a despesas de investimento e 333.372 euros à amortização de empréstimos.

Na decomposição das despesas correntes previstas para o ano 2025, a despesa com o pessoal tem uma representatividade de cerca de 54%, seguida pela aquisição de bens e serviços correntes com um peso relativo na ordem dos 32%.

A despesa com o pessoal ronda os 10 milhões e setecentos mil euros, o que já inclui o pessoal advindo da descentralização administrativa, distribuído pelas várias rubricas onde acolhem enquadramento todo o tipo de remunerações que por força da lei sejam devidas aos trabalhadores e aos prestadores de serviços na modalidade de tarefa ou avença.

Em relação à despesa com o pessoal prevista na gerência de 2024, há um incremento de cerca de 600 mil euros, que resulta das atualizações salariais e pelo facto do orçamento para o ano 2025 contemplar a estimativa da despesa a incorrer com o ingresso do pessoal fruto dos procedimentos concusais que já se encontram a decorrer.

Contrariamente ao orçamento para o ano 2024, o orçamento para 2025, e no tocante ao valor das avenças, e por razões de justiça, está prevista uma atualização ao valor da avença, não ficando ninguém que se encontra contratualizado ao abrigo desse regime, a auferir menos que o salário mínimo nacional.

Esta posição tem algum impacto ao nível da despesa, mas foi tomada esta posição que consideramos que seja justa.

Na aquisição de bens e serviços estimamos despendar 6.325.610 euros, desde logo na aquisição de materiais de construção civil, combustíveis, limpeza das bermas das estradas municipais, aquisição de bens alimentares para as cantinas escolares, aquisição de água potável para distribuição às populações, a eletricidade para edifícios, bombagens e iluminação pública, a recolha do lixo, o seu tratamento e depósito em aterro sanitário, o tratamento dos efluentes oriundos das etar's, as análises de água, as conservações e reparações dos ativos fixos tangíveis

municipais, a aquisição de gás, os transportes escolares e muitos outros bens e serviços essenciais ao funcionamento da autarquia em prol da satisfação das necessidades da população.

No âmbito das transferências correntes para as Juntas de Freguesia, para a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso, para as instituições sem fins lucrativos no âmbito da prossecução das suas atribuições e competências, assim como na execução de programas ocupacionais em parceria com o Centro de Emprego, estimamos despende cerca de dois milhões e meio de euros. A afetação das verbas para as entidades sem fins lucrativos encontra-se perfeitamente elucidada no plano de atividades municipais que certamente tiveram oportunidade de analisar.

Quanto à previsão com as despesas de capital, a estimativa é de 5.738.569 euros. Dar nota, e como é já do conhecimento dos Presidentes de Junta, que foram todos ouvidos na feitura deste orçamento, assim como a bancada do PS, que recebeu em devido tempo, o draft do orçamento para querendo dar os seus contributos, está previsto que em fevereiro próximo, na 1ª sessão ordinária deste órgão, a aprovação do saldo da gerência do ano 2024, que estimamos que possa rondar os 7 milhões de euros, e que fará com que haja um incremento na despesa, sobretudo ao nível dos investimentos, nessa grandeza, pelo que muitos dos projetos que aqui viram com dotação residual ou com o montante na coluna do financiamento não definido, serão incrementados por forma a ser possível a sua concretização.

Admitindo que o mercado responda a esta procura de concretização de investimentos municipais, o que esperamos, a capacidade de concretização de investimentos rondará os 12 milhões de euros o que é muito bom. Haja empreiteiros para realizar as obras.

No capítulo das transferências de capital, estimamos despende cerca de um milhão e novecentos mil euros, nomeadamente com as Juntas de Freguesia e com instituições sem fins lucrativos, no âmbito da realização de obras ou na aquisição de equipamentos duradouros.

Quanto à amortização dos empréstimos, a estimativa, e caso não venha a ocorrer a contratualização de um novo empréstimo, como já dei a devida nota, o capital previsional da dívida à banca e à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, ficará pelos 879.046,15 euros, ou seja, a dívida mais baixa de sempre.

Chegados aqui, estou em crer que resumi o Orçamento para o ano 2025, repito tratar-se de um orçamento equilibrado, sustentável, exequível, esperando, sinceramente, que o mercado reage bem à nossa procura.

É o que me cumpre informar!

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção do Deputado Municipal Senhor Vítor Nogaró.

O Senhor Deputado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, referiu que o orçamento é uma previsão anual das receitas e das despesas. Dizer, então, que o orçamento para 2025, cifra-se em 25.586.635,00€ o que corresponde a um crescimento de 2.197.599,00, em relação a 2024, essencialmente, devido ao acréscimo das transferências do orçamento do estado.

A receita corrente é de 21.902.299,00€, destacando-se as receitas das transferências do orçamento de estado com um montante de 16.321.152,00€, cabendo às receitas próprias um valor de 5.582.147,00. Relativamente às receitas próprias, tem maior relevância a receita fiscal com um montante de 2.040.000,00€, seguida das vendas de bens e serviços com um montante de 1.426.333,00. As receitas de capital, no valor de 3.684.336,00€, vêm do orçamento de estado.

Quanto à despesa, constata-se que a despesa corrente estimada é de 19.848.066€. Na despesa corrente destaca-se a despesa com pessoal com um peso de 42%, incluindo todos os aumentos previstos para 2025. Em segundo lugar temos a aquisição de bens e serviços, destacando-se a recolha e tratamento de resíduos sólidos, aquisição de água e saneamento. Destacou que nestas três rubricas, a Autarquia tem um défice de quase 1 milhão de euros que acaba por se transformar num apoio a todas as famílias.

A previsão para a despesa de capital situa-se em 5.738.569,00, que sofrerá um acréscimo na ordem dos 7.000.000,00€, como referiu o Senhor Presidente da Câmara. Este montante serve, essencialmente, para a conclusão de obras e para novos projetos iniciados em 2025.

Estamos perante um orçamento credível e realista que prevê aplicar 21% do total das receitas em despesa de capital (investimento), demonstrando preocupação com o desenvolvimento do Concelho. Assume os compromissos com as juntas de freguesia, com as instituições sem fins lucrativos, não descurando a educação, desporto e a cultura, apostando na ação social, preocupa-se com a qualidade de vida e bem-estar das pessoas, pelo que merece ser aprovado.

Desejou a todos um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo.

Intervenção do Deputado Municipal Senhor Dr. Monsanto Glória.

O Senhor Deputado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, e analisando os números apresentados, o Senhor Deputado considerou o orçamento realista. Deixou, no entanto, um primeiro reparo ao montante das despesas com o pessoal que rondará o 10.000.000,00€ para um total de aproximadamente 19.000.000,00€ da despesa corrente. Ora, ideologicamente, o PS é favorável à criação e promoção do emprego, no entanto, o valor das despesas com o pessoal apresentado neste orçamento é muito pesado. Mais, defende um emprego estável, assim dos 534 funcionários da Câmara Municipal, o senhor deputado, questionou quantos estão a recibos verdes e sem têm direito a subsídio de férias e subsídio de natal, ou serão prestadores de serviços e não terão direito a esses subsídios. Questionou, ainda, a necessidade da criação de certos postos de trabalho. Considerando excessivo o número de trabalhadores da câmara municipal.

Relativamente à despesa de capital que ronda os 5.000.000,00€, sem o incremento do saldo da conta de gerência, questionou qual é a verba destinada ao investimento na agricultura? Neste âmbito leu um excerto da nota de abertura do senhor presidente da câmara, que se segue:

“Valpaços é um Concelho predominantemente agrícola, sendo que a agricultura é o meio mais eficaz no combate à fome e à pobreza, um importante meio no que diz respeito ao ordenamento, povoamento e fixação de pessoas no território interior e rural e o mais atuante e mais poderoso no combate e mitigação das alterações climáticas bem como na construção de resiliência a catástrofes, como as cheias ou os incêndios”

Depois de ler este parágrafo, com o qual concorda, constata que o investimento previsto para a agricultura é residual, circunscrevendo-se a algumas feiras e pouco mais.

Por tudo o anteriormente exposto, o PS não concorda com o documento e votará contra o orçamento apresentado.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, António Joaquim de Medeiros.**

Resposta ao Deputado Municipal, Senhor Vítor Nogaró.

Agradeceu as palavras simpáticas do senhor deputado

Resposta ao Deputado Municipal, Senhor Dr. Monsanto Glória.

Sendo o seu último orçamento, o Senhor Presidente da Câmara referiu que esperava aprovação ou uma abstenção do PS, até porque tinha previsto incorporar no orçamento todas as propostas que viessem do PS, mas não chegou nenhuma. Incorporou no orçamento algumas reivindicações do PS no passado, nomeadamente a envolvente ao estádio. Referiu que tentará retomar as negociações com os proprietários dos terrenos envolventes à Rua Pêro Galego, para posterior intervenção. Mencionou o propósito de resolver o problema do cruzamento da saída para os Possacos.

Relativamente à questão do pessoal, o Senhor Presidente da Câmara, referiu que o assunto já foi sobejamente debatido nesta Assembleia. Recordou que disponibilizou, à senhor Dra. Ema Gonçalo, na sua primeira assembleia como Presidente da Câmara, os elementos agora pedidos. Referiu, ainda, que não criou nenhum posto de trabalho, disponibilizando-se apenas para admitir um bom calceteiro.

Esclareceu que existem 361 trabalhadores na câmara municipal, dos quais, 139 a recibos verdes. Por último, lembrou que a barragem será um investimento sem precedentes na agricultura do Concelho.

Intervenção do Deputado Municipal Senhor Dr. Monsanto Glória.

O Senhor Deputado referiu que se vai abster, por ser este o último orçamento do Senhor Presidente da Câmara.

Intervenção do senhor presidente da câmara para resposta ao Deputado Municipal, Senhor Dr. Monsanto Glória.

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu o gesto, garantindo que será mesmo o seu último orçamento.

De seguida, e não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR MAIORIA COM DUAS ABSTENÇÕES**.

5 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e aprovação, do mapa de pessoal para o ano 2025.

Como certamente é do conhecimento desta Assembleia Municipal, o mapa de pessoal é uma ferramenta essencial para a gestão de recursos humanos nas organizações, especialmente no setor público, onde se deve dar primazia à conformidade legal, à transparência e à prestação de contas.

O mapa de pessoal permite alinhar a força de trabalho às necessidades estratégicas da Câmara Municipal, nomeadamente quanto à quantidade e aos tipos de cargos que são necessários e sua distribuição pelas diferentes áreas ou departamentos.

Cabe desde já esclarecer, que o mapa de pessoal para o ano 2025, hoje aqui em discussão, trás como únicas novidades em relação ao mapa de pessoal discutido e votado na Assembleia Municipal realizada no passado dia 29 de abril, a criação de 4 postos de trabalho na carreira de assistente técnico a serem preenchidos com recurso ao regime jurídico da mobilidade intercarreiras, quer isto dizer que os funcionários já fazem parte do quadro de pessoal da autarquia e que irão transitar para outra carreira profissional.

Dar nota que estão a decorrer procedimentos concursais tendo em vista o recrutamento de:

4 técnicos superiores – Na área do desporto

3 assistentes técnicos

1 técnico superior – Ciências históricas

1 técnico superior – Literaturas modernas

32 Assistentes operacionais

Informar, ainda, que na passada quinta-feira, foram enviados para o Diário da República 18 anúncios de abertura de procedimentos concursais para preenchimento de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, concretamente:

1 técnico superior – Psicologia

1 técnico superior – Urbanismo e ordenamento do território

2 técnicos superiores – Educação social

1 técnico superior – Ciências da comunicação variante jornalismo

1 Assistente operacional – Condutor de máquinas pesadas e veículos especiais

4 Assistentes operacionais – Sapadores florestais

1 técnico superior – Línguas e literaturas modernas variante português/francês

1 técnico superior – Línguas estrangeiras aplicadas

4 técnicos superiores – Ensino básico 1º ciclo

1 técnico superior – Ensino básico 2º ciclo variante educação visual e tecnológica

1 técnico superior – Ensino português/francês

Estou em crer que os processos de recrutamento tenham a maior agilidade possível, função essa que está incumbida aos respetivos júris de avaliação.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção do Deputado Municipal Senhor Sebastião das Neves.

O Senhor Deputado espera que a palavra do senhor presidente da câmara seja cumprida e não aconteça como em 2024.

Anunciou o voto favorável do PS.

De seguida, e não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

6 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e aprovação, da minuta do contrato programa a celebrar entre o Município de Valpaços e a empresa local «EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.».

Como certamente é do conhecimento desta Assembleia, a EHATB é uma empresa local de natureza intermunicipal, detida a 100% pelos seis municípios que integram a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso.

Tem sido uma empresa lucrativa, produzindo excedentes na produção de energia com origem em fontes renováveis, que lhe permitem albergar outras valências, dando assim cumprimento ao seu objeto social que consiste, nomeadamente no desenvolvimento local e regional da sua área territorial de atuação e promover o crescimento económico local e regional.

Os municípios seus acionistas, em momento algum tiveram de transferir verbas por forma a equilibrar os resultados da empresa, dado que o seu resultado antes de impostos tem-se demonstrado positivo, dando assim cumprimento ao disposto no artigo 40º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais.

Possuindo a sociedade excedentes, tem sido a prática canalizar parte desse excedente para atividades menos rentáveis, ligadas à promoção do desenvolvimento local e regional, mediante a celebração dos correspondentes contratos programa com os municípios acionistas, dando assim cumprimento ao estatuído no artigo 50º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

As ações previstas no contrato programa, conforme minuta do contrato que foi distribuída a esta Assembleia, consistem nomeadamente na promoção e desenvolvimento de atividades económicas ligadas ao desenvolvimento local, na realização de certames, sobretudo na promoção, divulgação e apoio à comercialização dos nossos produtos endógenos: os bons vinhos, a boa castanha, o azeite de excelência, o bom fumeiro e o nosso precioso folar.

Estão previstas a concretização de 5 ações para o ano de 2025, concretamente:

- A feira do fumeiro;
- A feira do foliar;
- As festas da cidade e do concelho;
- A feira da castanha; e
- A feira de Natal – Cidade encantada.

Referir que, e pese embora no contrato programa não constar a habitual «Feira Franca», a mesma será para realizar, não através do contrato-programa a outorgar com a EHATB, mas a dispêndios da própria Câmara Municipal.

É o que cumpre informar!

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção do Deputado Municipal Senhor Sebastião das Neves.

O Senhor Deputado lamenta que a EHATB não canalize alguns desses excedentes para áreas mais lucrativas, como por exemplo a pecuária. Lembrou que a Feira do Foliar traz um brilho enorme ao Concelho, no entanto o foliar faz-se com carne de porco, mas não existem pocilgas em Valpaços.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, António Joaquim de Medeiros.**

Resposta ao Deputado Municipal, Senhor Sebastião das Neves.

O senhor presidente lembrou que esta é a finalidade do contrato programa. Deste modo ficam libertas verbas da Câmara para outras áreas, como é o caso dos apoios à pecuária que tem sido devidamente apoiada pelo executivo.

De seguida, e não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE.**

7 - Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e aprovação, da minuta do contrato programa a celebrar entre a empresa local «EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.» e os seis municípios acionistas – «Valpaços, Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar».

Como foi referido no ponto anterior desta ordem de trabalhos, a EHATB é uma empresa local de natureza intermunicipal, detida a 100% pelos seis municípios do Alto Tâmega.

Ao invés do contrato-programa que falei anteriormente, que se destina em exclusivo ao nosso território, este contrato-programa é comum aos seis municípios acionistas. Pretende-se criar uma estratégia de divulgação conjunta de todo o Alto Tâmega e Barroso, sobretudo em certames de índole internacional.

As ações acabam por ser concertadas entre os seis municípios e não cada um de per si, como é o caso do contrato-programa que discutimos no ponto anterior.

O montante previsto neste contrato-programa é de 100 mil euros, não resultando nenhuma despesa a suportar pelo município, pretendendo-se potenciar e promover, a nível nacional e internacional, todo o território do Alto Tâmega e Barroso, sobretudo como âncora do turismo.

É o que me cumpre informar.

De seguida, e não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

8 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e aprovação, da nomeação da sociedade de revisores oficiais de contas «RSM & Associados, SROC, Lda.» para o desempenho de fiscal único na empresa local «EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.».

Como certamente é do conhecimento desta Assembleia Municipal, a empresa “EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.” tem natureza intermunicipal e é detida, em partes iguais, pelos seis municípios do Alto Tâmega (Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar).

A Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, determina que a “EHATB”, enquanto empresa local, têm como órgão de fiscalização um fiscal único, que é obrigatoriamente um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, requisito este que é cumprido por esta empresa, sendo essa função desempenhada pela sociedade de revisores oficiais de contas “RSM & Associados, SROC, Lda.”.

Atendendo a que a “EHATB” é constituída por uma pluralidade de municípios (como sabem são 6), foi ponderado obter o consenso necessário a estabelecer entre os Municípios acionistas quanto a essa designação, previamente no âmbito dos órgãos sociais da empresa, o que se verificou através do seu Conselho de Administração.

Nesta sequência, o Conselho de Administração da “EHATB”, em reunião realizada no dia 26 de novembro do corrente ano, veio sugerir que as funções de fiscal único continuassem a ser desempenhadas, no mandato com início em 2025, pela sociedade “RSM & Associados, SROC, Lda.”.

Tudo isto foi discutido nos órgãos internos da «EHATB» e mereceu aprovação em reunião ordinária do Executivo Camarário, realizada a 5 de dezembro de 2024.

Neste seguimento, submete-se agora, à Assembleia Municipal por forma a ser realizado o escrutínio final da referida proposta, designadamente a continuação do desempenho das funções de fiscal único na empresa “EHATB”, pela sociedade de revisores oficiais de contas “RSM & Associados, SROC, Lda.”.

É o que me cumpre informar.

De seguida, e não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

Terminada a ordem de trabalhos e no espaço dedicado à intervenção do público, o senhor presidente da assembleia municipal concebeu a palavra, para uma intervenção, ao senhor Eng.º Augusto Lage.

Intervenção do senhor Eng.º Augusto Lage

O Senhor Eng.º Augusto Lage, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida esclareceu que a sua presença não é de carácter pessoal, mas sim em nome da associação que preside, a AVITRA. A AVITRA é conselheira, no conselho geral da comissão vitivinícola regional (CVR), que tem sido gerida de forma, no mínimo, duvidosa.

A título de exemplo, referiu que uma associação que não existe tem 5 lugares do conselho geral, enquanto a Adega Cooperativa de Valpaços tem 3 lugares.

Deste modo, o senhor engenheiro Lage, referiu que o seu propósito, para bem dos valpacenses, é reunir esforços, juntamente com a câmara municipal, para pedir ao ministro da agricultura que diligencie no sentido de mandar fazer uma auditoria à CVR.

Intervenção do senhor presidente da câmara, António Joaquim de Medeiros.

O senhor presidente da câmara agradeceu ao PS pelo gesto com a sua pessoa e desejou a todos um feliz natal e um próspero ano novo.

Intervenção do senhor presidente da assembleia municipal, António Sernache de Sousa.

O senhor presidente da assembleia municipal desejou a todos um bom ano e um santo e feliz natal.

Sendo dezoito horas e não havendo mais nada a tratar, pelo **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, foi encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ata.

O Presidente da Assembleia Municipal

António Sernache de Sousa

O 1º Secretário

Prof.^a Maria Odete do Canto Cunha Gonçalves

O 2º Secretário

António Queirós Simões